

A dívida, o grande problema

A equipe econômica elegeu como maior desafio para o quarto ano do Real, que se iniciou ontem, o problema da dívida interna e externa, mostrando-se otimista ao considerar que ele poderá ser superado sem traumas. Uma análise atenta das diversas declarações dos membros da equipe econômica, por ocasião do 3º aniversário do Plano Real, contudo, não produz a tranquilidade que desejam transmitir.

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, reconhece que o ajuste fiscal é um problema delicado e concorda em que o atraso na aprovação das reformas estruturais — como se mostrou em recente trabalho da FIPE feito a pedido da Fiesp — leva a um crescimento econômico menor do que o desejado. Ele considera, porém, que a redução do déficit público que se

conseguirá com as privatizações permitirá manter sob controle a dívida mobiliária. Cabe observar, em primeiro lugar, que as privatizações até agora realizadas — que, segundo o ministro do Planejamento produziram uma receita de R\$ 27 bilhões nos dois últimos anos — não tiveram efeito sobre a dívida. Além disso, o governo ainda não decidiu que destino dará às receitas de novas privatizações. No caso da venda da Vale do Rio Doce, por exemplo, a decisão foi que 50% da receita financiarão investimentos — que poderão contribuir para elevar o déficit.

O ministro Pedro Malan reconhece que o quadro financeiro dos Estados é grave, apesar de o Plano Real ter proporcionado um aumento de 50% das suas receitas. Lembrou que o crescimento vegetativo das folhas de pagamento

dos estados e municípios, sem qualquer reajuste, é de 27% ao ano. Basta, aliás, para justificar a preocupação de Malan, o fato de que, depois de ter decidido reajustar os salários da PM, o governador de Minas Gerais pediu ao governo federal que pague a conta...

As perspectivas para as Finanças Públicas, portanto, não são das melhores. Este ano, os progressos alcançados devem-se essencialmente ao congelamento dos salários dos servidores federais desde janeiro de 1995, situação que terá de ser corrigida mais tarde. A intenção do governo de prorrogar a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), ilustra bem a fragilidade da situação fiscal. Não se incluem nessa análise prospectiva outras ameaçadas

que pesam sobre o Tesouro em função de decisões da Justiça (reajuste do funcionalismo e correção do FGTS).

O ministro do Planejamento deu maior ênfase ao controle do déficit externo. Destacou o aumento das exportações que, segundo ele, deverão crescer 7% neste ano de 7% e 12% em 1999. O ministro funda seu otimismo no êxito das exportações de produtos agrícolas, esquecendo-se de que esse êxito se deve a uma safra recorde e, mais ainda, ao aumento dos preços internacionais. Ora, esses dificilmente poderão ser mantidos; enquanto isso, a exportação de produtos manufaturados está em queda.

O governo tem razão em considerar a dívida como o grande desafio, mas deve encontrar meios eficazes de enfrentá-la.